

Os Jornais-Laboratório e o Jornalismo Cívico

THE NEWSPAPERS-LAB AND CIVIC JOURNALISM

Alpeniano Silva Filho¹

RESUMO

A natureza social do jornalismo impõe ao jornalista e aos meios de comunicação, a responsabilidade de divulgar informações de interesse público e adotar uma prática jornalística capaz de contribuir para o desenvolvimento local. No entanto, nem sempre isso acontece e os jornais impressos, principalmente aqueles produzidos em cidades do interior do Brasil, se distanciam das aspirações comunitárias, priorizando o interesse particular ou político-partidário. Um dos caminhos para resolver esta situação-problema está na educação, com a formação profissional dos jornalistas nas universidades, e esta deve estar voltada para o ensino-aprendizagem do jornalismo de interesse público. Para que isto aconteça, os cursos de jornalismo devem oferecer a articulação prático-teórica das disciplinas específicas do jornalismo em ambientes laboratoriais que permitam a experimentação em meios de comunicação próprios, como os jornais-laboratórios, com periodicidade regular e dirigidos a um público específico, preferencialmente das comunidades de sua área de abrangência.

Palavras-chave: educação; desenvolvimento local; jornal-laboratório.

ABSTRACT

The social nature of journalism requires the journalist and the media, responsibility to disclose information de from public interest and adopt a journalistic practice that can contribute to local development. However, not always it happened and newspapers, especially those produced in the inner cities of Brazil, have distant aspirations of community, prioritizing the particular interest or political party. One way to solve this problem situation is in education, including professional training of journalists in the universities. This should be the focused: teaching and learning of journalism in the public interest. For this to happen, the journalism courses should offer practical and theoretical articulation of the specific disciplines of journalism in laboratory environments to experiment in their own media, like newspaper-lab at regular intervals and directed to a specific audience, preferably from the communities of its catchment area.

Key Words: education; local development; newspaper-lab.

¹ Possui Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA, pós-graduação (Lato sensu) em Metodologia do Ensino pela Universidade Vale do Rio Doce (2002) e graduação em Comunicação Social (dupla habilitação/Jornalismo/Publicidade e Propaganda) pela Universidade Vale do Rio Doce. é diretor de criação e mídia na Secretaria Municipal de Comunicação e Mobilização Social da Prefeitura Municipal de Governador Valadares, e presta serviços de assessoria de comunicação para o IBIO - Instituto Bio Atlântica e Centro de Informação e Assistência Técnica (CIAAT-GV). É chargista do Jornal de Domingo e editor da Revista Benedita. E-mail: timfilho@gmail.com.

Introdução

Este artigo se propõe a discutir a prática jornalística no mercado e no meio acadêmico, nas atividades de ensino-aprendizagem nos cursos de Jornalismo, buscando subsídios em conhecimentos já produzidos sobre a comunicação e o jornalismo, como forma de oferecer uma proposta ideal para a edição de um jornal-laboratório que tenha compromisso com o interesse público. Estudos teóricos sobre comunicação e jornalismo reafirmam a necessidade de entender uma melhor formação de jornalistas nas universidades brasileiras, fato que tem motivado muitas discussões. Algumas delas resultaram na elaboração de um documento intitulado “Novas Diretrizes curriculares para o curso de Jornalismo”, apresentado ao Ministério da Educação em 2009, por uma Comissão de Especialistas em Ensino de Jornalismo. Os pontos principais deste documento apresentam diferentes pensamentos sobre a prática jornalística, partindo da conceituação do que é comunicação, que, apesar do caráter polissêmico, possui uma definição, citada por Santaella (2002, p.17), que se aproxima muito do caráter do jornalismo: “interação social através de mensagens”.

Este conceito, intrínseco à atividade jornalística, conduziu este estudo às discussões de teóricos sobre a formação dos jornalistas nas universidades brasileiras, o jornalismo de interesse público, e os jornais-laboratórios dos cursos de jornalismo como uma antítese da prática editorial dos jornais, principalmente aqueles produzidos no interior do Brasil, que de acordo como Melo (2004, p.11) se distanciam das aspirações comunitárias, servindo aos interesses dos donos do poder local.

Esta situação-problema, gerada pelas aspirações comunitárias ausentes das páginas dos jornais impressos do interior, e a possibilidade de as comunidades terem espaço nos jornais-laboratório dos cursos de Jornalismo, também foi objeto deste estudo. O recorte feito, relaciona-se à prática jornalística nos jornais do interior, baseado na hipótese de que a precariedade no processo de produção de notícia nos jornais impressos do interior gera distorções diversas, como a publicação de noticiário nacional e internacional recortado dos sites de notícias, ou obtido em agências noticiosas, em detrimento do noticiário local.

Seria possível um jornal-laboratório de um curso de Jornalismo adotar uma linha editorial voltada ao interesse público, assumindo a defesa dos direitos dos cidadãos? Baseado na coleta e análise de dados, e com o referencial teórico deste artigo, este estudo propõe procedimentos editoriais e gráficos ao um jornal-laboratório, visando ampliar sua inserção comunitária e permitir a articulação prático-teórica de forma interdisciplinar nas atividades de ensino-aprendizagem.

Estes procedimentos, além de contribuir para a formação de profissionais capazes de atuar em prol da democratização da informação, também poderá contribuir para o desenvolvimento local, e se apresenta com a perspectiva de se tornar uma Tecnologia Social de Comunicação, com elementos que a caracterizam como uma proposta de inovação da prática jornalística.

A função social do jornalismo

A relação entre o jornalismo e a sociedade tem sido, ao longos dos anos, objeto de vários estudos teóricos, que buscam, em uma perspectiva crítica, analisar a sua natureza ideológica e suas funções no meio social. França (1998) argumenta que a imprensa, embora exerça um papel de propagar a informação, responderia ainda por várias outras funções, como “integração social, função recreativa, função psicoterápica, expressão de opiniões, formação de opinião pública, denúncia, democratização da informação (e da cultura), mobilização e outras” (FRANÇA, 1998, p.35). A autora observa ainda que, “no jornalismo, não é a relação emissor/receptor que está em primeiro plano, não é a troca que está em causa, mas a produção da informação de um sentido objetivo do mundo” (FRANÇA, 1998, p.35).

Santaella (2002) também faz referência aos estudos teóricos sobre a comunicação e a pluralidade dos fenômenos comunicacionais. Para esta autora, o termo “comunicação” é polissêmico, diverso e multifacetado. A natureza multidisciplinar da comunicação, segundo Santaella, conduz o pesquisador a defini-la como “interação social através de mensagens” (SANTAELLA, 2002, p.17).

Ao se referir à etimologia da palavra comunicação, Dines (1986) faz referência à sua raiz latina para conceituá-la. “Comunicação vem do latim communis, comum, e communicare, tornar comum, compartilhar” (DINES, 1986, p.60). Dines argumenta que algo para ser comum necessita de mais de um elemento para o confronto verificador da igualdade. Citando Cherry (1971), Dines (1986) afirma que a comunicação é uma questão eminentemente social.

A comunicação é interpessoal e não intrapessoal. Consigo próprio o homem não se comunica, ele apenas se observa, reflete, devaneia. A comunicação só ocorre individualmente nas situações de sonhos ou fantasia, quando consciente e inconsciente fazem o jogo emissor receptor (CHERRY apud DINES, 1986, p.60).

Dines constrói sua argumentação sobre o caráter coletivo da comunicação no fato de que, “para se ter algo em comum com alguém é preciso que haja este alguém” (DINES, 1986, p.60). Para este autor, a comunicação é, portanto, coletiva a partir da sua essência, e essa comunhão, segundo ele, se origina da palavra communis, a continuação lógica do processo.

O Jornalismo cidadão

O atendimento às demandas da cidadania, como instrumento de mobilização social, é um dos principais pilares do jornalismo comunitário, de acordo com Pena (2005). Para ele, os indivíduos inseridos em comunidade devem participar do processo de produção das mensagens. O autor defende que no jornalismo comunitário, o jornalista deve enxergar com os olhos da comunidade, e fazer um esforço no sentido de verificar uma real apropriação dos processos de mediação pelo grupo.

Esta participação das pessoas no processo de construção da notícia foi amplamente discutida nos Estados Unidos quando alguns profissionais da comunicação observaram que havia uma incompatibilidade entre a agenda da imprensa e as comunidades estadunidenses. Das discussões sobre esta incompatibilidade surgiu o jornalismo cívico, em 1994. Castilho; Fialho (2009),

explicam que a interlocução das comunidades estadunidenses com autoridades municipais foi parte de um projeto de 10 milhões de dólares patrocinado pelo Pew Center For Civic Journalismⁱ. O projeto teve a adesão de quase 30 jornais regionais em diferentes estados, que convocaram a população de bairros para participar de assembléias públicas, nas quais as autoridades municipais eram questionadas sobre problemas comunitários. “O principal objetivo era aumentar a participação dos moradores em eleições locais” (CASTILHO; FIALHO, 2009, p.133).

Estes autores esclarecem que o projeto, apesar de ter proporcionado a articulação de diferentes atores da esfera pública, foi muito criticado por alguns profissionais e estudiosos da comunicação nos Estados Unidos, que reclamavam do processo de discussão dos temas comunitários com autoridades municipais. Segundo Castilho; Fialho (2009), por ter acontecido durante o processo eleitoral de 1994, a aplicação do projeto alterava o conceito de isenção da informação.

Traquina (2001) também aborda as origens do jornalismo cívico, que segundo ele, surgiu da crítica incessante e implacável dos profissionais da mídia, com particular ênfase na análise da cobertura noticiosa dos processos eleitorais nos Estados Unidos. Ele explica que existem outras denominações para este “novo jornalismo” e cita vários autores e denominações defendidas por eles: “jornalismo comunitário” (Craig,1995); “jornalismo de serviço público” (Shepard,1994); “jornalismo público” (Rosen,1994 e Merritt,1995) e “jornalismo cívico” (Lambeth e Craig,1995). Citando Merritt (1995), Traquina (2001) afirma que o jornalismo pode, e deve ser uma “força fundamental” na “revitalização da vida pública”, mas, para que isso ocorra, é necessário uma mudança fundamental na profissão para conseguir esse objetivo.

O jornalismo cívico que Merritt defende, envolve as seguintes mudanças: 1) ir para além da missão de dar as notícias para uma missão mais ampla de ajudar a melhorar a vida pública; 2) deixar para trás a noção do “observador desprendido” e assumir o papel de “participante justo”; 3) preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas; 4) conceber o público, não como consumidores, mas como atores na vida democrática, tornando assim prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos. Assim, para o jornalismo cívico, torna-se um imperativo que o jornalismo encoraje o envolvimento do cidadão na vida pública, desenvolvendo nos jornalistas uma nova perspectiva do “participante justo” (fair-minded participants) com a utilização de um novo conjunto e instrumentos de trabalho (TRAQUINA, 2001, p.178-179).

Ensino de Jornalismo

As novas diretrizes curriculares para o curso de Jornalismo, elaboradas por uma Comissão de Especialistas em Ensino de Jornalismoⁱⁱ, e que atuou sob a nomeação do Ministro da Educação, em 2009, demonstrou a intenção de aproximar a formação superior dos jornalistas em cursos de Jornalismo nas universidades brasileiras, às necessidades comunicacionais da sociedade e à evolução tecnológica dos meios de comunicação. As propostas da Comissão dão conta de que

Do Jornalismo que hoje está nas expectativas da sociedade, exige-se tanto o domínio das técnicas e artes da narração quanto o domínio da lógica e das teorias da argumentação. Exige-se também o manejo competente das habilidades pedagógicas na prestação de serviço público, para que os cidadãos possam tomar decisões conscientes e responsáveis. Da mesma forma, persiste o desafio de questionar, refletir e interagir com a multiplicidade de fontes, ou seja, como o jornalista pode entender o mundo que o cerca e como pode compreender as motivações, os interesses, as demandas, os códigos do público que ele pretende atingir (MEC, 2009, p.7).

A Comissão argumentou no relatório final apresentado ao Ministério da Educação (MEC), que o Jornalismo é uma profissão reconhecida internacionalmente, regulamentada e descrita como tal no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho. Desta forma, a mudança no processo de elaboração das novas diretrizes curriculares foi adequar estas diretrizes à formação e ao exercício da profissão de jornalista, corrigindo uma distorção até então existente, que abrigava a habilitação sob propostas curriculares para a Comunicação Social.

Na organização dos cursos de Jornalismo, a Comissão sugeriu que estes propiciem a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo desde o início de sua formação. O aluno, ao vivenciar desde os primeiros anos uma interação com a sociedade por meio da prática jornalística, “seria estimulado a se envolver com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia” (MEC, 2009, p. 15).

As sugestões da Comissão são coerentes com o pensamento de Lopes (1995), que, citando Beltrão (1961), lembra que as escolas têm como objetivo cumprir três funções primordiais:

a) formar profissionais ministrando-lhes conhecimentos de coleta, redação, interpretação, seleção e apresentação gráfica da notícia, com a utilização de métodos e processos racionais e práticos e, simultaneamente, das ciências e das artes que lhes elevam o nível cultural; b) promover e desenvolver investigações e análises sobre os meios de comunicação coletiva, embasadas nos modernos métodos de investigação e com o emprego do instrumental adequado, controlando não apenas a melhoria dos padrões técnicos da imprensa de sua região ou país, como também sua maior influência na formação da opinião pública. c) funcionar como um núcleo de renovação dos processos jornalísticos servindo de laboratório para experiências morfológicas e de conteúdo (de redação) das matérias, ações e serviços que a comunidade espera encontrar nesses meios (BELTRÃO apud LOPES, 1985, p.27).

Desta forma, de acordo com a Comissão, o perfil do egresso do Curso de Jornalismo, jornalista profissional diplomado, será de um profissional com formação universitária ao mesmo tempo generalista, humanista, crítica e reflexiva.

O que é jornal-laboratório?

O jornal-laboratório é um meio de comunicação feito por alunos de um curso de jornalismo sob a supervisão e orientação de professores jornalistas, capaz de contribuir de forma eficaz para a formação do profissional jornalista. Sobre as origens desta prática laboratorial, Lopes (1985) afirma que esta começou em 1908, nos Estados Unidos, com a Escola de Jornalismo da Universidade de Missouri. O autor explica que no currículo do curso de Jornalismo desta universidade, paralelo às disciplinas de formação humanística, como Língua e Literatura, Sociologia, História e Política, havia também o ensino-aprendizagem de reportagem, secretaria, chefia de redação e oficinas. “As aulas práticas eram ministradas de modo a reproduzir o funcionamento de uma redação, com os professores como diretores e chefes de redação e os alunos nas funções de redatores, repórteres, subsecretários e secretários” (LOPES, 1985, p.24-25). O resultado destas atividades teórico-práticas foi a publicação de um jornal vespertino diário, com 4 páginas, denominado University Missourian, totalmente redigido pelos alunos. “Em seu primeiro número, o jornal denominava-se o laboratório, a clínica, a escola prática do novo departamento. Destinava-se a universitários e à população da cidade de Columbia, sede da universidade” (LOPES, 1985, p.25).

A natureza social do trabalho do jornalista e dos meios de comunicação sugere que os jornais-laboratórios sejam voltados para o interesse público, como afirma Amaral (2001). Para este autor, os veículos de comunicação “são instituições sociais, criadas pela necessidade dos agrupamentos definidos de indivíduos obedientes a leis, costumes e tradições comuns, emanam da sociedade e se destinam à sociedade” (AMARAL, 2001, p.25). Segundo o autor, este relacionamento veículos de comunicação-sociedade não significa, porém, que eles estejam sempre a serviço da sociedade.

Os interesses nem sempre coincidem, muitas vezes discrepam, em outras chegam ao antagonismo. Representando grupos específicos da sociedade – políticos, culturais, econômicos, religiosos, ideológicos – os veículos de comunicação, cuidam, apenas da defesa desses grupos, embora refiram constantemente à sociedade como um todo, ao povo, às massas (AMARAL, 2001, p.25).

Lopes considera importante que o jornal-laboratório seja voltado às comunidades, mas apresenta vários questionamentos sobre o procedimento editorial nestes jornais.

Quem determina a linha editorial? Em qualquer jornal isso fica equacionando, na maioria das vezes, de forma convincente: quem define é o dono, por meio de seus prepostos nos postos de direção na redação. No jornal-laboratório a questão é bem mais complexa, mesmo levando-se em consideração que quem arca com as despesas do veículo é a escola. Qual seria então o procedimento: a faculdade ou o professor determinarem a

linha? Deixar em aberto para a discussão entre alunos? E se houver divergências entre eles? (LOPES, 1985, p.51).

Bueno (2008) afirma que muitas instituições de ensino (e muitas chefias que dirigem os cursos de Jornalismo) parecem não ter entendido o "espírito da coisa" ou, por cumplicidade/má fé, resolveram transformar o jornal-laboratório num verdadeiro "frankstein pedagógico". Para este autor, os jornais-laboratório, meios de importância fundamental para a formação do jornalista, são transformados em house organⁱⁱⁱ, se caracterizando pelo "tom institucional, propagandístico, reduzido a um canal de promoção de reitores, chefes de gabinete, chefes de departamento, diretores de unidades e outras autoridades vaidosas do ensino, da pesquisa e da extensão" (BUENO, 2008).

As universidades, cursos e chefes de departamento que assumem este jornal-laboratório de fachada incorporam (e põem em prática) uma perspectiva de ensino que confunde educação com adestramento e cujo objetivo não é permitir o debate, o diálogo, a experimentação, mas a repetição de formas e fórmulas que engessam a criatividade, desestimulam a participação e contribuem para a burocratização do processo de produção jornalística. (BUENO, 2008)

Análise de jornais-laboratórios e jornais locais

A metodologia proposta para a realização deste trabalho foi estruturada na pesquisa qualitativa e em procedimentos de investigação baseados em análise de conteúdo, experimentação, e pesquisa documental nos arquivos do jornal-laboratório Circulando, do curso de Jornalismo da Universidade Vale do Rio Doce (Univale - Governador Valadares, MG); em artigos científicos que abordam os jornais-laboratório Senso(in)comum, do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU - Uberlândia, MG); jornal-laboratório Outrolhar, do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa (UFV - Viçosa, MG); jornal-laboratório Marco, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas – Belo Horizonte, MG), além da análise de edições destes jornais, que foram escolhidos pela sua história e importância acadêmica, afinal, todos eles, exceto o Senso(in)comum, já foram premiados em congressos da Expocom/Intercom^{iv}.

Também foi feita uma análise de conteúdo de edições de jornais locais, da cidade de Governador Valadares: Diário do Rio Doce, Jornal de Domingo, Folha Regional e Classificados O Domingo.

A abordagem qualitativa foi utilizada por possibilitar, de acordo com Oliveira (2007) "um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade" (OLIVEIRA, 2007, p.60). A autora argumenta que na pesquisa qualitativa é possível buscar informações fidedignas para articular o conhecimento científico produzido acerca do objeto de pesquisa e o contexto no qual ele está inserido.

A intenção de analisar os jornais-laboratório e os jornais locais de Governador Valadares foi uma forma encontrada para estabelecer um comparativo entre eles e ter, como isso, embasamento teórico para elaborar um projeto editorial e

gráfico ideal para o jornal-laboratório *Circulando*, tendo o jornalismo cívico como prática, conforme descrito em capítulos anteriores.

A análise foi precedida de uma descrição de dados sobre os jornais-laboratório de 4 (quatro) universidades mineiras e sobre 4 (quatro) jornais locais de Governador Valadares. Foram analisados os jornais-laboratório *Circulando* (Univale) e *Marco* (PUC Minas), *OutroOlhar* (Universidade Federal de Viçosa) e *Senso(in)comum* (Universidade Federal de Uberlândia).

Os quatro jornais de Governador Valadares analisados foram: *Diário do Rio Doce*, *Jornal de Domingo*, *Classificados O Domingo* e *Folha Regional*. O objetivo da análise foi identificar se os jornais locais publicam material jornalístico que privilegia as demandas sociais do público leitor de Governador Valadares, se as matérias publicadas contextualizam o fato, ampliando a compreensão da notícia pelo público, se existe variedade de fontes de informação ouvidas durante o processo de produção da notícia e qual o percentual de ocupação de espaço nas páginas destes jornais, com notícias locais, nacionais e internacionais.

Quadro 1 (Dados sobre os jornais-laboratório)

Dados	<i>Marco</i>	<i>Circulando</i>	<i>OutroOlhar</i>	<i>Senso(in)comun</i>
Fundação	1972 - 40 anos	2008 - 14 anos	2003 - 9 anos	2011 - 1 ano
Formato	Standard	Tablóide	Tablóide	Tablóide
Papel	Jornal (opaco)	Jornal (opaco)	AP (branco)	AP (branco)
Páginas	16	8	16	12
Periodicidade	8 edições/ano	4 edições/ano	8 edições/ano	4 edições/ano
Tiragem	12.000	1.000	2.000	2.000
Preço de capa	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito
Público-alvo	Externo	Interno	Externo	Interno
Prof/Jornalistas	4	1	4	4
Estagiários	0	0	0	0
Impressão	Terceirizada	Terceirizada	Gráfica UFV	Gráfica UFU

Fonte: Coleta de Dados das Edições (2011)

Quadro 2 (Descrição de dados dos jornais locais)

Dados	<i>Diário do Rio Doce</i>	<i>Jornal de Domingo</i>	<i>Folha Regional</i>	<i>Classificados O Domingo</i>
Fundação	1958 - 54 anos	1998 - 14 anos	2003 - 9 anos	2001 - 11 anos
Formato	Standard	Tablóide	Standard	Tablóide
Papel	Jornal	Jornal	Jornal	Jornal
Páginas	16 a 24	8 a 12	12	8
Periodicidade	Diário	Semanal	Quinzenal	Semanal
Tiragem	6.000	2.000	8.000	8.000
Preço de capa	R\$ 1,00	Gratuito	R\$ 1,20	Gratuito
Público-alvo	G.Valadares e Região Rio Doce	G.Valadares	Região do Rio Doce e Centro-nordeste	G.Valadares
Jornalistas Profissionais	9	0	0	0
Estagiários	4	0	0	0
Impressão	Gráfica própria	Terceirizada	Terceirizada	Terceirizada

Fonte: Coleta de Dados das Edições (2011)

A análise dos dados procurou identificar se os jornais de Governador Valadares (*Diário do Rio Doce*, *Jornal de Domingo*, *Classificados O Domingo* e *Folha Regional*) noticiam os fatos de interesse das comunidades, se as

peças são ouvidas e se o critério de noticiabilidade ligado à proximidade predomina nas matérias publicadas.

O critério da proximidade, segundo Erbolato (1991), é a grande arma que os jornais do interior e semanários comunitários têm à disposição, divulgando fatos que ocorrem perto do leitor e a ele ligados.

Todas as notícias locais possuem essa característica. A pessoa que tem um problema a perturbá-la, como um terreno baldio ao lado de sua residência ou a precariedade da iluminação pública, procura com mais interesse a nota do jornal que aborde esses assuntos do que o telegrama procedente de Washington que fale sobre as atividades do presidente norte-americano (ERBOLATO, 1991, p.61).

Verificou-se que a cobertura jornalística local, em Governador Valadares, apresenta distorções que condena muitos assuntos locais à inexistência social, e os jornais não priorizam o critério da “proximidade” na seleção de assuntos para as suas edições, deixando de utilizar a “grande arma” citada por Erbolato. Confirmou-se também o pensamento de Lopes (1985) sobre o fato de os pequenos jornais serem dependentes de fontes contratadas (agências de notícias, nacionais e internacionais). Segundo este autor, o noticiário produzido pelas agências noticiosas prioriza fatos ocorridos nos grandes centros, deixando de lado o que ocorre nas pequenas comunidades onde não mantêm correspondentes (LOPES, 1985, p.44). Desta forma, Lopes considera que

O jornalismo brasileiro assume caráter elitista tratando predominantemente de assuntos que interessam a uma minoria, deixando de lado as questões que afetam o cotidiano da população. Assim, a massa acaba se afastando dos jornais em decorrência do interesse gerado pela estrutura noticiosa calcada no poder (LOPES, 1985, p.44).

Na análise dos jornais-laboratório, observa-se que todos eles seguem a orientação de professores dos cursos de Jornalismo aos quais pertencem e têm a participação de alunos destes cursos. O material jornalístico produzido é resultado da articulação teórico-prática defendida pelos professores dos cursos de Jornalismo, e ao contrário dos jornais locais de Governador Valadares, adotam prioritariamente o critério de noticiabilidade ligado “proximidade”.

Os jornais-laboratório *Outro Olhar*, do curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), e *Senso(in)comum*, do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) apresentam em comum o fato de terem a mesma tiragem e serem impressos nas gráficas destas universidades, com o mesmo tipo de papel (AP - apergaminhado), ao contrário do *Circulando* (Univale) e do *Marco* (PUC Minas), impressos em gráficas particulares, em papel jornal. A diferença mais significativa entre o *Outro Olhar* e o *Senso(in)comum* é a linha editorial e o público alvo. Enquanto o jornal de Viçosa, MG, optou por deixar os assuntos internos do campus da UFV, e tratar de assuntos de interesse das comunidades externas, o jornal de Uberlândia, MG, adota uma linha editorial voltada a público interno da UFU. O jornal-laboratório *Marco*, da PUC Minas, tem linha editorial voltada para as comunidades dos bairros Coração Eucarístico, Dom Cabral, Minas Brasil e

João Pinheiro, localizados no entorno do Campus Dom Cabral. Também circula no bairro São Gabriel, onde a PUC Minas mantém uma extensão do campus e uma sucursal do Marco. O Circulando possui uma tiragem muito pequena para contemplar um número expressivo de leitores, por prioriza sua distribuição aos dois campi da Univale, e destina outra parte da tiragem ao público externo, a órgãos e instituições de Governador Valadares.

O Jornalismo cívico aplicado ao jornal-laboratório

A adoção dos procedimentos editoriais propostos neste estudo é importante para um jornal-laboratório como forma de permitir a participação das comunidades da área de abrangência do jornal, ao mesmo tempo que permitirá ao aluno do curso de Jornalismo a prática do jornalismo cívico. A execução do projeto também permitirá ao aluno compreender que a sua futura profissão tem natureza social^V, conforme descreve o seu código de ética profissional.

A participação comunitária, o jornalismo voltado ao interesse público, elementos ausentes no jornalismo impresso de Governador Valadares e em muitas cidades brasileiras, foi considerada nesta proposta de intervenção, fazendo valer o Capítulo I do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Capítulo I - Do direito à informação

Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação. Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas; II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público; III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão; IV- a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não-governamentais, deve ser considerada uma obrigação social; V- a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante.

A proposta também se baseia no pensamento de Lopes (1985) que define o jornal-laboratório como um veículo de comunicação importante para a democratização da informação e para as atividades de ensino-aprendizagem.

O jornal-laboratório é um veículo que deve ser feito a partir de um conjunto de técnicas específicas para um público

também específico, com base em pesquisas sistemáticas em todos os âmbitos, o que inclui a experimentação constante de novas formas de linguagem, conteúdo e apresentação gráfica. Eventualmente, seu público pode ser interno, desde que não tenha caráter institucional (LOPES, 1985, p.50).

Esta conceituação de jornal-laboratório foi feita de forma consensual durante o VII Encontro de Jornalismo Regional, sobre órgãos laboratoriais impressos, realizado na Faculdade de Comunicação de Santos, em 1982.

A criação de um Conselho Editorial com participação de representantes das comunidades da área de abrangência do jornal e representantes de entidades e instituições que tenham importância significativa para a vida social destas comunidades, vai nortear os trabalhos da redação deste projeto editorial e gráfico. A composição do Conselho e o seu regulamento deverão ser discutidos pelo Colegiado do curso de Jornalismo e o corpo editorial do jornal-laboratório, com sugestões apresentadas por pessoas das comunidades da área de abrangência do jornal. É importante ressaltar que este Conselho deve ter representantes de alunos, professores e comunidades.

Ao abrir espaço para as comunidades nas edições do jornal, o projeto garante a integração dos atores sociais nas reuniões de pauta do jornal-laboratório, discutindo problemas que afetam a sua vida cotidiana. Assim, o jornal abre possibilidades para o exercício do direito da liberdade de expressão, dando voz e vez para os membros das comunidades. Peruzzo (1998) afirma que a comunicação popular participativa abre muitas possibilidades de criação coletiva e educação democrática.

As experiências mostram que a comunicação popular participativa dá seu aporte à edificação de uma cultura e uma educação democrática. Ela ajuda a conhecer, resgatar e valorizar as raízes do povo. Altera as dimensões do comportamento cotidiano. Socializa o direito de expressão e os conhecimentos técnicos. Desmistifica os meios. Promove a criação coletiva. Difunde conteúdos diretamente relacionados à vida local. Dá voz, pela própria voz, a quem era considerada "sem voz". Como no conjunto da sociedade, uma prática assim caracterizada ainda não predomina nessa área. Mas ela pode vir a configurar-se. Com a expansão dos instrumentos massivos, existe uma tendência de crescimento das rádios e tevês comunitárias, que certamente hão de proporcionar mecanismos de participação mais eficientes (PERUZZO, 1998, p.302).

Esta argumentação de Peruzzo, que sugere um entendimento do jornalismo comunitário feito com e para a comunidade, é bem mais ampla que a formulação da IX Semana de Estudos de Jornalismo, realizada na Universidade de São Paulo, em citada por Melo (2004): "uma imprensa só pode ser considerada comunitária quando se estrutura e funciona como meio de comunicação autêntico de uma comunidade. Isto significa dizer: produzido pela e para a comunidade" (MELO, 2004, p.10).

Não apenas as rádios e tevês comunitárias, como menciona Peruzzo, mas também os jornais impressos, que no âmbito da universidade são instrumentos para a articulação prático-teórica de disciplinas, e espaço para a

experimentação, devem priorizar o interesse público conforme afirma Beltrão (1965) citado por Lopes (1985).

O jornal-laboratório é o instrumento didático básico, sempre que usado apropriadamente, com um planejamento racional, que se transforma no substituto da prática de treinamento das redações. Permite que o aprendiz de Jornalismo se exercite na capacitação e análise dos problemas de sua comunidade, de seu país e da civilização contemporânea, ao mesmo tempo em que desperta interesse pela especialização, fazendo-o descobrir qual dos aspectos e atividades da profissão o seduzem mais. Esse processo dá margem ao desenvolvimento de experiências para a renovação dos processos jornalísticos, tanto na redação quanto na parte gráfica, que serão submetidos à apreciação dos orientadores dos veículos de imprensa locais para uma possível adoção em seus meios de informação (BELTRÃO apud LOPES, 1985, p.49).

Isto reforça o propósito de construir uma TS de comunicação aplicável aos jornais-laboratórios, e que também pode ser adotada por outros meios de comunicação que tenham o interesse de seguir uma linha editorial voltada ao interesse público.

É prudente ressaltar o sentido transformador atribuído ao conceito de Tecnologia Social adotado pela Rede de Tecnologia Social (RTS): “Tecnologia social são técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social”. (BAVA, 2004, p.106). Bava explica que todo movimento contra-hegemônico, tem um sentido “de baixo para cima”, da sociedade para a esfera da política, do local para o nacional e o global.

Com a revolução tecnológica da informática e dos sistemas de comunicação, as distâncias se encurtam em todos os sentidos, tanto horizontalmente na sociedade, com a conformação de redes e fóruns que elaboram e debatem os novos paradigmas, quanto nas relações entre o local, o nacional e o global. É em razão dessas características atuais que as experiências inovadoras de desenvolvimento de técnicas e metodologias participativas, orientadas para a inclusão social, são portadoras de um potencial transformador que também não estava dado em períodos históricos anteriores (BAVA, 2004, p.104).

É baseado neste pensamento que a proposta de um projeto editorial para o jornal-laboratório, e a construção de uma TS de comunicação, incorpora uma metodologia participativa, capaz de permitir a inclusão social e a democratização da informação, conforme afirma Lopes (1985): “não basta, entretanto, definir ou mesmo conhecer a comunidade na qual o jornal vai atuar. Mais importante é desenvolver formas de relacionamento com esta comunidade” (LOPES, 1985, p.56).

O projeto

É importante que um projeto editorial para um jornal-laboratório voltado ao interesse público conceda espaço para a participação das comunidades da área de abrangência do jornal e permita ao aluno do curso de Jornalismo a prática do jornalismo cívico. A execução do projeto também permitirá ao aluno compreender que a sua futura profissão tem natureza social^{vi}, conforme descreve o seu código de ética profissional.

A elaboração desta proposta considerou a articulação teórico-prática das disciplinas aplicadas aos jornais-laboratórios, organizada em duas áreas: produção de texto (técnicas do jornalismo), edição (linha editorial, editorias e projeto gráfico). A criação de um Conselho Editorial com participação de pessoas das comunidades é uma proposta inovadora, como forma de garantir espaço maior para as comunidades da área de abrangência do jornal no processo de produção da notícia.

Assim, a proposta prevê a participação das comunidades da área de abrangência do na discussão dos assuntos de seu interesse, e que serão transformados em notícia, nas reuniões do Conselho Editorial, nas reuniões de pauta da “Redação Itinerante”, e por meio de contatos com a redação (por carta, e-mail, postagens em redes sociais). A “Redação Itinerante” é um espaço que será ocupado pelos alunos-repórteres e professores em salas cedidas por associações de moradores e igrejas, sempre que houver o trabalho de campo semanal.

Desta forma, os alunos-repórteres terão a oportunidade de se engajar no jornalismo cívico, assegurando às pessoas afetadas pelas questões propostas nas reuniões de pauta, o direito de expressar suas opiniões, apresentar críticas, sugestões e reivindicações, conforme afirma Werkema (2005).

Não basta só informar. É preciso melhorar a qualidade do discurso público e incentivar o debate. Além disso, o jornalismo cívico pede que a imprensa expanda seu conceito de política, entendendo a democracia como um modo de vida, e não meramente uma forma do governo. O propósito da imprensa deve ser o de melhorar a qualidade de vida cívica ou pública, e não só reportar ou reclamar dela (WERKEMA, 2005, p.29-30).

A participação das pessoas das comunidades no processo de sugestão de assuntos para pautas é denominada por Castilho; Fialho (2009) como “produção colaborativa de notícias”. Este termo, segundo estes autores, surgiu 15 anos depois da experiência inicial da implantação do jornalismo cívico na imprensa estadunidense (1995). Com o surgimento dos weblogs, a figura do jornalista cidadão ganhou destaque na imprensa dos Estados Unidos e integrou este profissional a uma dinâmica de busca, produção e publicação de informações sobre agrupamentos humanos, em áreas urbanas reduzidas, como bairros pouco populosos, ruas e condomínios. Compreender estes procedimentos, segundo Lopes (1985) possibilita ao estudante, futuro jornalista uma visão ampliada do processo de produção de um jornal.

Quando se está debatendo a pauta da edição com os alunos, copidescando as matérias, escolhendo fotos ou mesmo diagramando o jornal está-se operacionalizando conceitos teóricos ministrados paralelamente às atividades práticas durante o curso. Os órgãos laboratoriais, numa

concepção dinâmica, envolvem o quadro total de formação do jornalista, deixando de ser apenas prática, técnica ou tecnicismo, para se transformar num aparato de aprendizagem total (LOPES, 1985, p.36-37).

Citando Leandro; Medina^{vii}, Lopes argumenta que desenvolver um bom trabalho nos cursos de jornalismo é superar barreiras, como a articulação das disciplinas humanistas com técnicas a fim de sustentar os laboratórios com conteúdos de comunicação e não apenas práticas formais. Lopes afirma que é necessário revestir as disciplinas técnicas de uma base operacional teórica, com “corpo docente especializado e não a simples presença de técnicos profissionais com experiências que levam para os laboratórios experiências particulares” (LEANDRO; MEDINA apud LOPES, 1985, p.36).

Considerações finais

Este estudo possibilitou um entendimento de que o jornalista deve ser um profissional comprometido com a sociedade, conforme preconiza o seu Código de Ética Profissional e o relatório da Comissão de Especialistas em Ensino de Jornalismo que resultou nas Novas Diretrizes Curriculares para o Ensino do Jornalismo.

O percurso para atingir este objetivo passa obrigatoriamente pela educação. As Novas Diretrizes Curriculares para o Ensino do Jornalismo norteiam este percurso, ao propor avanços no sentido de ampliar e qualificar a prática laboratorial. A Comissão que elaborou estas diretrizes sugere que os projetos pedagógicos dos cursos de Jornalismo devem considerar as atividades de ensino-aprendizagem focadas teórica e tecnicamente na especificidade do jornalismo, priorizando a atenção à prática profissional, em padrões internacionalmente reconhecidos, além do comprometimento com a liberdade de expressão, o direito à informação, e o exercício profissional de forma digna, voltada ao interesse público.

É nesta linha de pensamento que está inserido o jornal-laboratório, meio de comunicação que permite aos alunos de jornalismo, e futuros jornalistas, exercer na prática os conhecimentos teóricos obtidos na sala de aula. O resultado deste exercício também se enquadra nas atividades de extensão das universidades, a partir do momento em que os alunos-repórteres e professores jornalistas atuem nas comunidades da área de abrangência do jornal na apuração de fatos, redação e edição de notícias.

A implantação de um Conselho Editorial Comunitário para discutir e contribuir com a construção de uma linha editorial voltada ao interesse público é um dos principais pontos que vão garantir a participação das comunidades no processo de produção da notícia. Ao mediar estas informações, resultantes dos fatos apurados pelos alunos-repórteres, o público de sua área de abrangência e os poderes constituídos, o jornal-laboratório poderá produzir um noticiário com mais fontes de informação e contribuir de forma efetiva para a ampliação dos espaços de atuação dos atores sociais.

Referências

AMARAL, Luiz. Técnica de jornal e periódico. 5. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia social e desenvolvimento, in Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento / Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004.

BUENO, Wilson. Jornal-laboratório ou house organ? Disponível em: <<http://portalimprensa.uol.com.br/colunistas/colunas/2008/04/17/imprensa185.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2012

CASTILHO, Carlos e FIALHO, Francisco. O jornalismo ingressa na era da produção colaborativa de notícias, in RODRIGUES, Carla (org.), Jornalismo on-line: modos de fazer. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2009.

DINES, Alberto. O papel do jornal: uma releitura. 6 ed. ampl. e atual. São Paulo: Summus, 1996.

ERBOLATO, Mário L. Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário. 5. ed., rev. e aum. São Paulo: Ática, 1991.

FRANÇA, Vera Veiga. Jornalismo e vida social – A história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

LOPES, Dirceu Fernandes. Jornal-laboratório: do exercício escolar ao compromisso com o público leitor. São Paulo: Summus, 1989.

MEDINA, Cremilda. Notícia: um produto a venda. Jornalismo na sociedade urbana. São Paulo: Summus, 1978.

MELO, José Marques, Prefácio in DORNELLES, Beatriz, Jornalismo “comunitário” em cidades do interior – uma radiografia das empresas jornalísticas: administração, comercialização, edição e opinião dos leitores. Porto Alegre, RS. Editora Sagra Luzzatto, 2004.

MELO, José Marques. A pesquisa experimental nas escolas de comunicação: reduzindo a distância entre academia e mercado. In Revista Expocom – Exposição Experimental em Comunicação. Setembro 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Novas diretrizes curriculares para os cursos de Jornalismo. Brasília, DF, 2009.

PERUZZO, Cicilia Maria Kronhling. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SANTAELLA, Lúcia. Comunicação e pesquisa. Projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2001.

WERKEMA, Rafael. Jornal Laboratório: uma proposta editorial crítica. / Renata Quintão. Belo Horizonte: Universidade FUMEC/Faculdade de Ciências Humanas, 2005.

ⁱ O *Pew Center For Civic Journalism* é uma organização criada nos Estados Unidos, responsável pelo financiamento de grande parte dos projetos e experimentos de jornalismo cívico na imprensa estadunidense.

ⁱⁱ Esta comissão foi formada pelos professores José Marques de Melo (Universidade Metodista de São Paulo), Alfredo Vizeu (Universidade Federal de Pernambuco), Carlos Chaparro (Universidade de São Paulo), Eduardo Meditsch (Universidade Federal de Santa Catarina), Luiz Gonzaga Motta (Universidade de Brasília), Lucia Araújo (Fundação Roberto Marinho / Canal Futura), Sergio Mattos (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), Sonia Virginia Moreira (Universidade Estadual do Rio de Janeiro). A Comissão entregou o relatório final ao Ministério da Educação no dia 18 de setembro de 2009. À época, o Ministro Fernando Haddad, acompanhado pela Diretora do Ensino Superior do MEC, Maria Paula Dallari Bucci, acolheu o relatório final dos trabalhos realizados pela comissão, e encaminhou o documento para apreciação do Conselho Nacional de Educação – CNE –, antes de promulgar o ato que fixará as novas diretrizes curriculares para o Curso de Jornalismo.

ⁱⁱⁱ *House organ* é a denominação dada ao veículo (jornal ou revista) de uma empresa ou entidade, concebido para divulgar fatos e realizações, e pode assumir diferentes configurações, dependendo do público a que se destina.

^{iv} Exposição de Pesquisa Experimental da Comunicação (Expocom) é parte integrante dos congressos anuais promovidos pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).

^v Capítulo II, “Da conduta profissional do jornalista”, artigo 3º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

^{vi} Capítulo II, “Da conduta profissional do jornalista”, artigo 3º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

^{vii} LOPES cita os autores Paulo Roberto Leandro e Cremilda Medina, mas não menciona o ano em que escreveram o ensaio “Um tema em ensaio há 15 anos”, in Teoria e prática do ensino de jornalismo, p.57-74.